

*.6 OUT 1981

GAZETA MERCANTIL

Economia - Brasil

Nada pior para o Brasil do que uma política recessionista

Luiz Gonzaga Belluzzo e
Luciano G. Coutinho (*)

A insistência do governo em ajustar passivamente a economia brasileira às vicissitudes do desequilíbrio externo tem-se revelado inefetiva, se avaliada a partir dos próprios objetivos que as autoridades declararam perseguir. Em artigo anterior já analisamos o caráter autocontraditório da atual política monetário-cambial.

Mais grave, porém, é que a recessão atua de forma corrosiva sobre o "conjunto" de instrumentos de política econômica. A receita tributária vem exibindo sistemático declínio em termos reais, o que, dentro da atual obsessão pelo "equilíbrio" orçamentário, tende a induzir novos cortes no gasto público. Tal medida, associada à contração do investimento das empresas estatais, produzirá o agravamento da recessão, o que, por sua vez, acarretará queda ainda maior da receita fiscal. Um paradoxo bastante conhecido desde os anos 30.

O sistema empresarial privado, particularmente as pequenas e médias empresas nacionais, não conseguirá resistir por muito tempo ao declínio continuado de suas vendas, sobretudo nas atuais condições de refinanciamento de seus passivos. Outro não será o desfecho deste processo senão a insolvência generalizada. Nestas circunstâncias — cada vez menos distantes —, seria problemática a manutenção da atual estratégia de endividamento externo.

Senão, vejamos. O conexão estabelecido entre o giro da dívida externa e o processo interno de refinanciamento da dívida das empresas públicas e privadas — através da Lei nº 4.131 e da Resolução nº 63 — poderá atingir rapidamente seu ponto de ruptura. As empresas públicas, um dos principais instrumentos de captação de recursos externos, já sobredivididas, encontram sérias dificuldades em saldar seus compromissos em moeda estrangeira, diante da queda de suas receitas e dos violentos cortes orçamentários a que foram submetidas.

E difícil imaginar que este processo possa eximir as empresas privadas das mesmas agruras. Os custos elevados do endividamento em moeda estrangeira —

agravado pela aceleração da correção cambial — tornam rígidas as necessidades de refinanciamento das empresas. Isto significa que o corte das despesas correntes (salários, insumos, matérias-primas), apesar de determinar uma redução proporcional na demanda de crédito para capital de giro, não alivia as empresas da obrigação de refinanciar seus passivos a longo prazo. O aprofundamento da recessão, no entanto, debilita sua capacidade de pagamento, lançando-as na vala da insolvência. Certamente a maré de inadimplências alcançará os credores estrangeiros, a menos que se proceda à estatização "de jure" da dívida externa. E isto será feito pelo menos para subtrair nossos banqueiros — intermediários nas operações 63 — aos riscos de perdas patrimoniais, em favor de seus congêneres estrangeiros. Ironicamente, a atual política de recessão tenderá a conduzir o País ao

descredito perante os próprios banqueiros internacionais que a preconizaram com entusiasmo.

Não se trata, portanto, de inventar soluções "mágicas", mas de mostrar o descalabro a que pode conduzir a macumba recessiva. A ninguém é dado desconhecer a gravidade do estrangulamento externo. Entretanto, são poucos os que avaliam corretamente a profundidade e o caráter estrutural daquele constrangimento. Entre os que param por fazer vista grossa estão as autoridades brasileiras e boa parte dos próprios banqueiros internacionais. Estamos exatamente chamando a atenção para o fato de que a política atual, de "empurrar com a barra", de ajustar a economia passivamente através da recessão, é o caminho mais curto para a "débâcle" financeira, com graves repercussões internacionais e virtual paralisação de nosso sistema produtivo, acompa-

nhada de forte desvalorização patrimonial.

A recomendação de uma política alternativa não persegue apenas um caminho de menor custo social — o que é em si mesmo importante —, mas objetiva encontrar uma rota para atravessar a borracha. É perfeitamente possível implementar uma política de reativação da economia, através do gasto e do investimento público, que seja compatível com resultados favoráveis da balança comercial e que promova o crescimento do emprego. Investimentos em habitação popular, transportes urbanos, alternativas energéticas, etc. podem liderar uma recuperação seletiva, com efeitos imediatos sobre o emprego, sobre o parque industrial e, consequentemente, sobre a receita tributária governamental. Argumenta-se freqüentemente que estes investimentos de baixo coeficiente direto de importações pro-

vocariam, seja através das relações interindustriais, seja mediante o crescimento da renda agregada, um déficit comercial. Entretanto, a experiência recente indica que, mesmo na ausência de controles diretos, foi possível conter o crescimento nominal das importações num período de expressivo crescimento como, por exemplo, entre 1974 e 1978. Além disso, a obtenção de um ritmo moderado de crescimento auxiliaria a reativação do fluxo de entrada líquida de capital de risco e facilitaria a negociação de financiamentos das agências oficiais para os novos projetos. Estas linhas de crédito são mais convenientes e vantajosas por seus prazos alongados e juros baixos.

A execução desta nova política não prescinde, obviamente, de uma reforma fiscal-financeira que municie a capacidade de gasto do Estado e contribua para sustentar de modo adequado o financiamento ao setor privado. Esta reforma financeira deve começar por quebrar o nexo, de há muito estabelecido, entre o financiamento externo e as condições internas de crédito. Não temos dúvidas de que a taxa cambial deve preservar o estímulo às exportações, acompanhando a diferença entre a inflação interna e externa. Todavia, é possível imaginar a criação de um incentivo fiscal ou de uma taxa especial de câmbio para a tomada de recursos externos, de forma a evitar taxas internas de juros excessivamente elevadas.

Esta nova política, alicerçada responsavelmente em prioridades e metas de médio e longo prazos, capaz de reunir apoio e credibilidade interna, viabilizaria um entendimento de profundidade com nossos credores privados.

(*) Professores de Economia da Unicamp.